



Estado do Rio Grande do Sul
CÂMARA MUNICIPAL DE RIO GRANDE

ACEITO EM -	/	/ 2018
APROVADO EM -	/	/ 2018
REJEITADO EM -	/	/ 2018
ARQUIVO -		

Projeto de Lei de Vereador 143/2018

**"DISPÕE SOBRE A DISCIPLINA DO
USO DE VIATURAS OFICIAIS DO
EXECUTIVO NO ÂMBITO DO
MUNICÍPIO DO RIO GRANDE".**

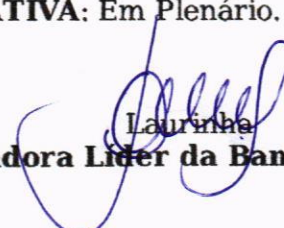
Art. 1º As viaturas da Prefeitura Municipal do Rio Grande só poderão ser conduzidas por servidores concursados para exercer esta função.

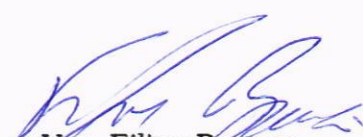
Paragrafo Único - Não será permitido o uso de viaturas da Prefeitura Municipal do Rio Grande por servidores que não obtenha esta atribuição nomeada em concurso público.

Art.2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, 30 de Outubro de 2018.

JUSTIFICATIVA: Em Plenário.


Laurinha
Vereadora Líder da Bancada do MDB


Ver. Filipe Branco
MDB

Autenticidade: o8sbjy28i



CÂMARA MUNICIPAL DO RIO GRANDE

DESPACHO

Processo nº 3077118

Designo para exercer a função de Relator (a) da matéria o (a) Vereador (a)

Edinho

☒ Fica deferido, a pedido do Relator, o prazo do art. 42, § 1º, do Regimento Interno.

() Não Requerido o prazo do art. 42, § 1º do Regimento Interno.

Rio Grande, 13 de 11

de 20 18

[Assinatura]
Presidente da Comissão

Deliberou o Relator:

☒ Enviar ao Consultor Jurídico.

() Não enviar ao Consultor Jurídico.

Rio Grande, 13 de 11 de 20 18

[Assinatura]
Relator

PARECER JURÍDICO

☒ Em anexo PARECER DO IGM POR INCONSTITUCIONALIDADE

() O presente projeto atende as normas Constitucionais, Jurídicas, Regimentais e é adequado a Técnica Legislativa. PO DEIXAR POR SEPARADO

Rio Grande, 20 de março de 20 18

[Assinatura]
Consultor Jurídico

DESPACHO

Na condição de Relator (a):

☒ Acolho o parecer jurídico por seus fundamentos.

() Deixo de acolher o parecer jurídico pelas razões em separado.

() O presente projeto atende as normas Constitucionais, Jurídicas, Regimentais e é adequado a Técnica Legislativa.

() O presente projeto não atende as normas Constitucionais, Jurídicas, Regimentais e é inadequado a Técnica Legislativa.

Rio Grande, 20 de março de 20 18

[Assinatura]
Relator (a)

04
pt-



COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E CIDADANIA

PROCESSO Nº: 3077/18

TIPO/Nº: _____

AUTOR: _____

Colocado o Processo em votação na CCJ, votou cada membro:

<p>Vereadora Andréa Westphal</p> <p>() Constitucional (X) Inconstitucional () Antijurídico () Antiregimental () Inadequado a Técnica Legislativa</p> <p>_____ Presidente</p>	<p>Vereadora Rovam Castro</p> <p>() Constitucional (X) Inconstitucional () Antijurídico () Antiregimental () Inadequado a Técnica Legislativa</p> <p>_____ Vice – Presidente</p>
<p>Vereador Ivair Domingos Souza (Vavá)</p> <p>() Constitucional (X) Inconstitucional () Antijurídico () Antiregimental () Inadequado a Técnica Legislativa</p> <p>_____ Secretário</p>	<p>Vereador EDSON LOPES</p> <p>() Constitucional (X) Inconstitucional () Antijurídico () Antiregimental () Inadequado a Técnica Legislativa</p> <p>_____ Membro</p>
<p>Vereador Jair Rizzo</p> <p>() Constitucional () Inconstitucional () Antijurídico () Antiregimental () Inadequado a Técnica Legislativa</p> <p>_____ Membro</p>	

O Presidente declarou o resultado da votação pela sua:

- () Constitucional
(X) Inconstitucional
() Antijurídico
() Antiregimental
() Inadequado a Técnica Legislativa

Sala das Comissões Técnicas, Câmara Municipal, Rio Grande, 20 de 11 de 2018.

Presidente

os
fut-



Porto Alegre, 19 de novembro de 2018.

Orientação Técnica IGAM nº 31.092/2018.

I. O Poder Legislativo do Município de Rio Grande, através do Dr. Roger, solicita orientação acerca do Projeto Lei nº 143, de 2018, com origem parlamentar, que "Dispõe sobre a disciplina do uso de viaturas oficiais do executivo no âmbito do Município do Rio Grande".

II. Primeiramente, compete ao Prefeito dispor sobre a matéria, firme o art. 51, inciso I, da Lei Orgânica Local:

Art. 51 - Compete privativamente ao Prefeito, entre outras atribuições:
I - a iniciativa das leis, na forma e casos previstos nesta Lei Orgânica; (...)

Ainda, existe o dogma do art. 61, §1º, II, "c", da Constituição Federal, que atribui as competências do Chefe do Poder Executivo:

Art. 61. A iniciativa das leis complementares e ordinárias cabe a qualquer membro ou Comissão da Câmara dos Deputados, do Senado Federal ou do Congresso Nacional, ao Presidente da República, ao Supremo Tribunal Federal, aos Tribunais Superiores, ao Procurador-Geral da República e aos cidadãos, na forma e nos casos previstos nesta Constituição.

§ 1º São de iniciativa privativa do Presidente da República as leis que:

(...)

II - disponham sobre:

(...)

c) servidores públicos da União e Territórios, seu regime jurídico, provimento de cargos, estabilidade e aposentadoria; (Redação dada pela Emenda Constitucional nº 18, de 1998)

O texto é de aplicação simétrica ao Município. Logo, compete ao Prefeito dispor sobre a matéria de servidores públicos e o seu regime jurídico, o que compreende, igualmente, a organização administrativa.

III. Veja-se, aliás, que o Tribunal de Justiça do Estado do RS possui entendimento pela existência de vício de constitucionalidade em lei oriunda do Legislativo que discipline o uso de veículo oficial no Município:

Ementa: AÇÃO DIRETA DE INCONSTITUCIONALIDADE. MUNICÍPIO DE VALE VERDE. USO DE VEÍCULO OFICIAL. VÍCIO DE INICIATIVA. Edição da Lei Municipal nº 928, de 14/04/2008, pela Câmara de Vereadores do Município de Vale Verde para regulamentação do uso de veículos oficiais. Vício de iniciativa caracterizado por dispor acerca da organização e funcionamento da administração municipal, violando o princípio da separação dos poderes. Inconstitucionalidade reconhecida. Precedentes. PEDIDO DE DECLARAÇÃO DE INCONSTITUCIONALIDADE JULGADO PROCEDENTE. UNÂNIME. (Ação Direta de Inconstitucionalidade Nº 70024570327, Tribunal Pleno, Tribunal de Justiça do RS, Relator: Paulo de Tarso Vieira Sanseverino, Julgado em 20/10/2008) (grifou-se)

Na oportunidade, o Des. Rel. Paulo de Tarso Vieira Sanseverino afirmou, em seu voto:

(...) A inconstitucionalidade formal está efetivamente presente, pois a iniciativa para a matéria regulamentada pela lei municipal atacada (uso de veículo oficial do Município) situa-se na esfera da competência privativa do Prefeito Municipal (organização e funcionamento da administração municipal).

Na Constituição Estadual, os artigos 60 e 82 são claros no sentido de atribuir ao Governador do Estado a iniciativa de leis que disponham acerca da organização e funcionamento da administração estadual.

(...)

Finalmente, a alegação da Câmara de Vereadores do Município de Vale Verde de que a edição da lei em questão estaria situada no seu poder fiscalizatório dos atos praticados pelo Poder Executivo não merece acolhida.

O poder de fiscalização conferido à Câmara de Vereadores pela Constituição Federal, pela Constituição Estadual e pela Lei Orgânica do Município não é abalado, pois, conforme a correta assertiva da digna Procuradora-Geral de Justiça em exercício, Dra. Isabel Dias Almeida, "todos os aspectos contemplados pela Lei nº 928/2008 já estão vedados pelo ordenamento jurídico brasileiro, bastando que o Poder Legislativo desempenhe efetivamente o mister fiscalizatório, utilizando-se do arcabouço legal existente" (fl. 79, verso).

Portanto, deve-se julgar procedente o pedido de declaração de inconstitucionalidade da lei municipal indicada. (grifou-se)

Sendo assim, entendemos por prejudicada a proposição encaminhada.



IV. Diante do exposto, tem-se pela inviabilidade do Projeto de Lei nº 143, de 2018, eis que possui vício de iniciativa, conforme demonstrado com a jurisprudência do TJ/RS, colacionada no item III, desta Orientação.

Nada obsta que o Legislativo encaminhe a minuta como indicação, na forma do Regimento Interno da Câmara.

O IGAM permanece à disposição.

DANIEL PIRES CHRISTOFOLI
OAB/RS 71.737
Consultor do IGAM